



ARTIGOS



A Primeira da Família

Vivências de mulheres negras da Universidade Federal da Bahia

Anne BITTENCOURT, *Universidade Federal da Bahia*

Ananda GENONÁDIO, *Universidade Federal da Bahia*

Bruno ALMEIDA, *Universidade Federal da Bahia*

Caroline ANICE, *Universidade Federal da Bahia*

O presente trabalho discute trajetórias acadêmicas de três mulheres negras e cotistas dos cursos de Medicina, Direito e Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O ingresso e permanência de mulheres negras na universidade são, geralmente, marcados por dificuldades relacionadas ao processo histórico de negação de determinadas populações a espaços de produção de conhecimento. O estudo evidencia elementos que, na contramão desse processo, fomentaram a permanência universitária, destacando as políticas de ações afirmativas. Trata-se de um estudo de casos. Como resultados, ressaltam-se: como as experiências raciais incidiram sobre o desejo de ingressar no ensino superior; efeitos das políticas públicas, redes sociais/afetivas e atividades universitárias nas trajetórias; e repercussões do racismo na saúde mental. Incluir a perspectiva racial nos estudos é construir subsídios para políticas mais amplas de reparação das desigualdades raciais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Raciais. Trajetórias Universitárias. Políticas de Permanência. Saúde Mental.



Introdução

Discussões de caráter científico sobre a suposta inferioridade de populações negras em relação às brancas estiveram presentes no ambiente acadêmico até o início do século XX. O médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906), a partir do seu interesse pela Medicina Legal, desenvolveu estudos embasados em casos de crimes e crenças religiosas a fim de justificar a hipótese de subalternidade dos povos negros e mestiços. Na década de 1930, Gilberto Freyre (1900-1987), norteador pela perspectiva da democracia racial, postulou sobre a capacidade da nação brasileira de integrar negras/os e mestiças/os equivalentemente, invisibilizando os sintomas da discriminação racial em uma presumida existência de igualdade de oportunidades para negras/os e brancas/os, ainda que a cor fosse condicionante para as posições sociais ocupadas no Brasil. Esse modo de ocultamento do racismo brasileiro traz benefícios às populações brancas a medida em que, desse modo, estas libertam-se da angústia de ter que se responsabilizar por um passado e um presente de subjugação e dominação de populações. Esse fenômeno é apontado por Lélia Gonzales (1984) como neurose cultural brasileira.

No século atual, perspectivas norteadas pelo mito da democracia racial ainda se mantêm. Kabengele Munanga (2017) aponta como os comportamentos racistas adquirem novas formas dentro da estrutura social e, apesar de a ciência biológica ter demonstrado que raça enquanto dimensão biológica não existe, as crenças racistas ainda se perpetuam. Compreendemos aqui, portanto, raça como constructo social e historicamente elaborado, e o comportamento racista como aquele que nega total ou parcialmente a humanidade da/o negra/o e de outros povos não brancos. Nessa perspectiva, a ausência do Estado na construção de políticas para negras/os libertas/os da escravidão em 1888 resultou em oportunidades de desenvolvimento desiguais entre populações negras e brancas.

O estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica aplicada) em parceria com a ONU Mulheres, disponibiliza os resultados de investigações sobre temáticas da vida social com recorte de raça e gênero entre 1995-2015, revelando dados sobre as posições atuais da população brasileira. No âmbito do mercado de trabalho, em 2015, pessoas negras tinham taxas de desocupação superiores às de pessoas brancas: 13,3% e 8,5% para



mulheres e homens negros contra 11,6% e 7,8% para mulheres e homens brancos, respectivamente. No que tange a renda, a distância entre os quatro grupos populacionais não se alterou nesses 20 anos, e a mesma ordem de gradação dos rendimentos permanece: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Vale ressaltar, no entanto, um avanço em termos de renda por parte de mulheres negras, pois em 1995, 46,7% dessas mulheres não possuíam renda própria, e em 2015, esse número caiu para 27,3%. A pesquisa atribui essa redução à ampliação do acesso a programas sociais. Tratando-se do âmbito da educação, entre 1995 e 2015, o número de pessoas negras que ingressaram no ensino superior cresceu de 3,3% para 12%, no entanto, o patamar conquistado pelas/os negras/os em 2015 corresponde ao patamar já proporcionado as/os brancas/os em 1995, cuja porcentagem no ensino superior mais que dobrou nesses 20 anos: enquanto em 1995 havia 12,5% de brancos no ensino superior, em 2015, esse número chegou a 25,9%. O estudo corrobora com a hipótese de que raça e racismo, assim como gênero e sexismo, são aspectos que estruturam as vivências das mulheres negras, e, portanto, precisam ser considerados na elaboração de políticas e ações com essa população. A interseccionalidade enquanto chave de interpretação da realidade construída no território do feminismo negro aponta que para além da cor e da raça, é preciso considerar que o fenômeno do racismo também se relaciona a outros condicionantes sociais, como classe e gênero (CARDOSO, 2018), tendo em vista a histórica hierarquia de grupos sociais no Brasil e a posição de mulheres negras na base.

No seio de discussões políticas sobre o acesso de populações negras à educação superior, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) implantou em 2005 um sistema de reserva de vagas para estudantes que cursaram todos os anos do ensino médio e mais um ano do ensino fundamental em rede pública de ensino, sendo um sistema que estabelece 45% das vagas para todos os cursos e tem um diferencial em relação à cor da/do estudante. A política considera variáveis como renda familiar, origem escolar, cor e gênero (SANTOS; QUEIROZ, 2006), tratando especificidades com equidade. Além da política de cotas, a UFBA dispõe de um conjunto de políticas de assistência e permanência ofertadas pela Pró Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas (PROAE), que atende estudantes oriundas/os de camadas populares garantindo auxílio moradia, auxílio transporte, restaurante universitário, acompanhamento médico, residência universitária, e a partir de



instâncias internas como a Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade – CAAED, apoios simbólicos, como conjuntos de ações voltadas para a superação de discriminações que impactam diretamente a qualidade de vida de segmentos específicos de estudantes (negras/os, mulheres, em vulnerabilidade econômica, etc.) (PROAE, 2018). Essas políticas se configuram, portanto, como ferramentas de equalização racial e social com potência de ressignificar histórias de mulheres negras, pois ampliam a possibilidade de essas mulheres ocuparem espaços universitários outrora reservados para contingente populacionais brancos (BRUNO; NASCIMENTO, 2018). Nesse sentido, questionamos aqui efeitos desse conjunto de políticas nas vivências universitárias dessas estudantes, iniciando uma compreensão qualitativa de dados estatísticos por meio do estudo de casos. A investigação também aponta para uma compreensão sobre comportamentos atuais pelos quais podem se revelar o racismo e o sexismo nas universidades, ofertando subsídios para que possamos compreender essas feridas e cuidar delas.

Considerando que Medicina, Direito e Psicologia são, historicamente, os cursos mais concorridos nas universidades públicas, escolhemos investigar as vivências de três estudantes negras e cotistas das respectivas graduações. Essas vivências são relevantes à medida em que esses corpos rompem com a tradição de um percurso escolar de curta duração e ingressam no espaço universitário em áreas de ampla concorrência. Quais fenômenos atravessam essas vivências e como potencializá-los para que mais mulheres negras ingressem na universidade?

Wivian Weller e Marly Silveira (2008), em um estudo realizado na Universidade de Brasília (UNB) sobre experiências de jovens universitárias que ingressaram pelo sistema de cotas, destacam que, apesar de ter havido aumento da entrada de jovens negras/os na universidade através dessa política, as mulheres negras continuam sub-representadas. Considerando esse trabalho, realizado há 11 anos atrás, o presente estudo também foi pensado a partir da perspectiva geracional, a fim de compreender, ouvindo as narrativas das discentes, se tivemos avanços em relação às condições da mulher negra universitária.

Método

O método utilizado foi o estudo de caso, que pode ser entendido como uma investigação empírica abrangente sobre um fenômeno



contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (YIN, 2010). A coleta de dados foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2018, com três estudantes negras dos cursos de Medicina, Direito e Psicologia, cotistas e assistidas pela PROAE, em aproximadamente metade/mais da metade do curso, o que implicaria em um tempo significativo na universidade. Duas das três estudantes entrevistadas nasceram fora da capital Salvador, onde se situa a UFBA, sendo a discente de Medicina oriunda de uma comunidade quilombola, e a outra, estudante de Direito, oriunda de um município do Recôncavo Baiano. Abaixo apresentamos um breve resumo sobre o perfil das três estudantes, nomeadas como Dandara, Antonieta e Zeferina (Tabela 01):

Tabela 01 - Perfil das participantes do estudo

Nome	Sexo	Distância território de origem - Salvador	Idade de ingresso na UFBA	Curso	Semestre atual	Política de permanência recebida
Dandara	Feminino	613,6 km (9h e 50min)	22	Medicina	8º semestre	Não especificou
Zeferina	Feminino	168 km (2h e 13min)	22	Direito	8º semestre	Bolsa moradia e auxílio doença
Antonieta	Feminino	Salvador	19	Psicologia	4º semestre	Bolsa Permanecer e auxílio transporte

Fonte: Coleta de dados durante a entrevista.

Utilizamos um roteiro semiestruturado de entrevista, focando no processo de escolha do curso, experiências universitárias, organização da rotina após o ingresso na universidade, acesso às políticas de permanência e suas modalidades, e possíveis violências atravessadas pelo racismo/sexismo no espaço universitário, a fim de compreender experiências acadêmicas dessas discentes. Entre o final de setembro e o final de novembro de 2018 fizemos contato com as estudantes a partir de redes sociais. Foi-lhes apresentado o Termo de Consentimento Livre e



Esclarecido (TCLE), e todas receberam explicações prévias sobre objetivos da pesquisa e motivos de estarem sendo contatadas.

Buscamos analisar os discursos das discentes identificando como as políticas de ações afirmativas atravessam essas experiências e estratégias de enfrentamento diante de possíveis adversidades encontradas no decorrer da trajetória universitária, interrogando ainda como o racismo e o patriarcado, enquanto eixos de subordinação (CARDOSO, 2018) incidem sobre essas dificuldades.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas a análise de discurso categorial temática (VÁZQUEZ, 1996). Para análise, as três entrevistas foram divididas em unidades e agrupadas em categorias, seguindo o critério de analogia, que são as semelhanças existentes entre essas unidades em consonância com os objetivos de investigação. Nesse sentido, a análise foi feita a partir de três etapas recursivas: pré-análise (organização do material com base nos objetivos do estudo, que foi investigar a trajetória construída no curso, considerando as dimensões já apresentadas); codificação (transformar as informações brutas (entrevistas originais) em elementos analíticos (resultados das análises em função dos objetivos)); e categorização (organização das unidades, obtendo assim um panorama dos dados trabalhados). A partir disso, foram definidas as seguintes categorias (Tabela 02):

Tabela 02 - Categorias temáticas, descrições e códigos

Categoria Temática	Descrição da Categoria	Código da categoria
Experiências relacionadas ao território universitário	Experiências referentes ao território universitário, considerando as vivências anteriores relacionadas ao ingresso e no próprio espaço físico da universidade.	ERTU
Estratégias de enfrentamento	Estratégias que garantiram as permanências das estudantes em Salvador e na universidade, considerando especialmente as políticas de permanência.	EDE
Repercussões do racismo e do sexismo na universidade	Repercussões do racismo/sexismo na universidade, violências e afetos vividos pelas estudantes, e impactos na saúde mental.	RRMU

Fonte: Coleta de dados realizada na pesquisa.



Resultados e Discussões

Experiências Relacionadas ao Território Universitário

As três estudantes vêm de famílias e territórios com pouca ou nenhuma inserção no ensino superior, especialmente o público, revelando a distância ainda existente entre pessoas de camadas populares e espaços de produção de conhecimento. No Brasil, após a redemocratização do país, os movimentos sociais começaram a exigir, de maneira mais ativa, ações do Estado frente questões de desigualdade atravessadas pelo classismo e racismo, e adoção de medidas que considerassem as especificidades desses condicionantes sociais (MOEHLECKE, 2000).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007, cujos objetivos incluíam recuperar o financiamento das universidades, ampliar o quadro de docentes, criar novos formatos de processo seletivo e ampliar o acesso e a permanência nas universidades públicas brasileiras (BRASIL, 2007), foi fruto de empreendimentos do Governo Lula e sociedade civil e que ampliou a possibilidade de Antonietas, Dandaras e Zeferinas ingressarem em instituições federais de ensino superior. Por terem também rompido com um percurso educacional de curta duração e continuado suas trajetórias escolares, as estudantes são vistas como exemplo para suas comunidades de origem, já que além de terem ingressado no ensino superior público, ingressaram nos cursos mais concorridos da UFBA. Domingues (2005) apontaria essas jovens como “personalidades emblemáticas” (p. 166), pois suas existências, ao atravessarem a condição de exclusão, demonstram para pessoas de identidades semelhantes às delas de que é possível desejar e ocupar espaços de poder.

O processo de colonização vivido pelas populações negras não só aprisionou corpos, mas também, por séculos, aprisionou desejos e a própria possibilidade de desejar. As vivências de classe, raça e gênero estão intimamente relacionadas com a construção pessoal e coletiva de esquemas mentais: como nos comportar, o que esperar do futuro, de nós e dos outros, qual é o nosso lugar, nossos afetos, pensamentos e ações (HOOKS, 2015). Nesse sentido, quando as discentes do presente trabalho ocupam espaços para além do trabalho doméstico em bairros de classe média da cidade ou de empregos subalternos, significa que fenômenos aconteceram em suas trajetórias de vida, que outros desejos



foram possíveis, e nessa perspectiva, outras vivências foram possíveis também. São esses fenômenos que relataremos a seguir.

No caso de Dandara, o desejo e a busca para ingressar em Medicina existem desde o ensino fundamental quando, ao ler uma revista sobre ervas medicinais, se deu conta de que sua mãe também as utilizava como estratégia de cuidado e promoção de saúde. O desejo vem também de observações referentes ao sofrimento enfrentado por ela e seus pares no âmbito da assistência à saúde, marcada pela precariedade, e pela dimensão espiritual referente à ancestralidade racial. A estudante é, ainda hoje, a única de sua comunidade que acessou o ensino superior público. Ela se refere a esse vínculo espiritual como um tipo de compromisso social e histórico com pessoas que têm seus direitos negados e vivem em condições precárias, de forma que este se configura como o principal motivo para a escolha de seu curso.

[...] a gente vem de uma ancestralidade que sempre teve negações importantes tais como saúde [...] energia elétrica, saneamento básico de qualidade, (...) bem estar, né... [...] e também pela carga histórica tem uma alimentação... Mais complexa, que soma pra hipertensão, pra diabetes e tal... [...]. Então minha família inteira assim, tios, primas, é... Faleceram por conta dessas doenças que poderiam ser tratadas e acompanhadas... (Dandara, 10/10/2018).

O depoimento de Dandara ilustra como o ingresso na universidade por parte de populações alijadas desse direito pode provocar mudanças no próprio cuidado comunitário, tendo em vista uma compreensão das especificidades locais devido a experiências empíricas, potência também relatada por Zeferina e Antonieta. Ainda referente às vivências comunitárias, outro ponto em comum nas histórias das mulheres é essa presença da comunidade na definição da profissão e como catalisadora para que o sonho de ingressar no ensino superior se realizasse.

Eu tenho uma vontade grande de transformação social, e [...] eu achava que eu encontraria isso dentro do Direito, e meu pai alimentou muito isso em mim. [...] É importante salientar que eu faço parte dessas Marias ou Jéssicas que são a primeira a ingressar na universidade pública e tal, então eu faço parte desse meio, e meu pai sempre falava que queria ver a filha dele juíza, promotora ou não sei o que... E como eu tenho uma admiração muito grande por meu pai, por ele ser um homem pobre, preto, que sustentou os irmãos dentro desse meio, desse lugar... Eu carreguei esse desejo de meu pai comigo. (Zeferina, 07/11/2018).



Uma vez na minha escola, no interior, teve um juiz que ele deu uma palestra. E aí ele era uma pessoa muito humana, (...) eu era criança, mas eu lembro disso porque pra mim foi muito forte. E ele trazia essa perspectiva do Direito, muito romântica... Que também alimentou essa utopia em mim. [...] Eu acho que o Direito não deve vir de cima pra baixo, ele deve ser construído entre as comunidades, não da forma que é. Da forma que é, pra mim não funciona mais. (Zeferina, 07/11/2018).

Nos relatos de Zeferina aparecem a família, seus pares e a escola como influências desde a infância. O mesmo se repete no relato de Antonieta.

Minha mãe sempre teve salão. [...] eu ouvi as coisas que as mulheres traziam enquanto elas faziam o cabelo, tipo, eu percebi que no terceiro ano isso mobilizou ela [a mãe] bastante [...] as mulheres falando sobre a vida delas. E aí eu fui me dando conta assim disso e aí no terceiro ano também quando eu tava fazendo esse estágio, a minha supervisora [...] trabalhava na Câmara de Vereadores [...] ela era supervisora do meu estágio e ela tava fazendo Psicologia também então [...] ela [era] assim como uma grande inspiração, uma mulher que tava fazendo psicologia e mandava em um bocado de homem, eu me inspirei bastante assim nela. E Filosofia também no meu terceiro ano foi bastante importante também. Mas assim, eu comecei a pensar Psicologia desde o ensino fundamental II com minhas aulas de História, me mobilizava muito saber por que as coisas aconteciam do jeito que aconteciam. Inclusive, eu até tentei fazer História antes de Psicologia, mas eu achei que Psicologia podia conciliar todas essas coisas, sabe? (Antonieta, 27/11/2018).

Os relatos demonstram como a escolha profissional está permeada pela elaboração de um projeto de vida que é realizado em meio a diversos aspectos como situação econômica, social, política e familiar. Nesse sentido, como nos convida a pensar Maria Elisa Almeida e Andrea Magalhães (2011), os projetos não são puramente individuais, já que se constroem no seio de uma estrutura social, demonstrando que concretizar um projeto de vida não parte estritamente do esforço pessoal de uma pessoa. Ressaltamos aqui também como as vivências comunitárias, a partir das relações entre pares, desembocaram em conscientização sobre suas situações de vida, desejo de mudança das condições de saúde da comunidade, e desejo de transformação da sociedade como um todo.

Ampliaremos nossa análise sobre a influência comunitária no desenvolvimento pessoal e social e sobre ferramentas de democratização



racial no âmbito educacional na categoria a seguir, que trata das estratégias de enfrentamento e resistência às adversidades pertencentes às vidas das discentes. As estratégias relatadas como possíveis para as jovens se apresentaram para nós como dimensão que precisa ser refletida conjuntamente nas universidades brasileiras que possuem instâncias de ações afirmativas e assistência estudantil, já que estas são responsáveis também pela qualidade de vida das/dos estudantes na universidade.

Estratégias de Enfrentamento

Pessoas que vêm de contextos de exclusão social podem enfrentar problemas complexos para se manter na universidade. Nesse contexto, a permanência de estudantes cotistas se configura como fenômeno de resistência por romper com a alta probabilidade de não finalizarem seus cursos, já que as dificuldades inerentes à vida universitária se intensificam pelos problemas econômicos e raciais (SOUSA; PORTES, 2011). Por isso é necessário pensar políticas de permanência estudantil articuladas às políticas de acesso, e nessa perspectiva, em 2006, a UFBA criou a PROAE, da qual todas as entrevistadas recebem algum tipo de auxílio. O objetivo da PROAE é,

[...] contribuir para que os/as nossos/as estudantes trilhem o caminho da vida universitária e logrem êxito, através da superação cotidiana dos desafios e adversidades, especialmente, àquelas que são frutos dos efeitos das desigualdades sociais geradas pelo sexismo, racismo, capacitismo, lesbo-homo-transfobia e pela vulnerabilidade socioeconômica (PROAE, 2018).

A PROAE conta com oferta de programas de moradia, alimentação, auxílio transporte, creche, bolsa de apoio a/ao estudante com necessidade educativa especial, atenção à saúde, acompanhamento e orientação pedagógica por meio de instâncias como o Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educativas Especiais – NAPE e o Programa de Estudante Convênio de Graduação – PEC-G, além de auxílios eventuais, como fotocópias de material acadêmico e participação em eventos científicos. Existem ainda outros programas e projetos permanentes, a exemplo do Programa Permanecer (PROAE, 2018), ferramentas que aparecem nos discursos das estudantes como imprescindíveis à continuidade da graduação. Os relatos levam a reflexão de como os cortes e contingenciamentos atuais de recursos das



universidades brasileiras podem impactar na vida das mulheres negras universitárias.

Eu consigo me manter aos trancos e barrancos. Tá muito difícil e eu recebo duas bolsas, (...) auxílio transporte e o bolsa permanência, mas ainda assim é muito difícil, muito difícil. [...] A bolsa na universidade nesse sentido é, de fato, o que garante eu estar aqui, assim, sem sombra de dúvidas. Com ela tá muito difícil, mas sem ela seria impensável. [...] No último semestre eu consegui o auxílio transporte, mas (...) nesse semestre se eu não tivesse conseguido o bolsa Permanecer eu não ia conseguir ficar, (...) ia ter que de fato sair, mas ainda bem que as coisas se ajustaram e eu consegui e essas bolsas significam tudo assim, tudo. (Antonieta, 27/11/2018).

Então, com a bolsa eu consegui pagar minha terapia. [...] então é muito positivo porque aí eu vou conseguir lidar com essas coisas que acontecem diariamente [...]. Eu queria afirmar isso do quanto é importante pra mim ter acesso as bolsas [...], mas é muito importante pra mim tá aqui, de fato. É muito importante e eu queria que as pessoas soubessem, ouvissem disso do quanto é importante para gente (Antonieta, 27/11/2018).

As estratégias de enfrentamento para lidar com o racismo e a pobreza são variadas entre as três estudantes. Enquanto Antonieta considera pagar a terapia e, como veremos abaixo, ficar sem dormir, como estratégias de enfrentamento para dar conta das pressões acadêmicas e laborais, Zeferina opta pela meditação diária e Dandara ressalta estratégias de estudo. Além disso, elas necessitaram enfrentar barreiras desde antes do ingresso no ensino superior e para isto, contaram também com estratégias coletivas, como pode ser observado na fala de Dandara:

Em 2007, lá em Vitória da Conquista, a gente começou a criar um cursinho que funciona até hoje, e que traz os estudantes de Vitória da Conquista pra cá, que é o cursinho pré vestibular quilombola. Eu e mais outras, mais um professor que não é quilombola, mas que ele acatou o trabalho e desenvolveu mais eu e outras quatro estudantes remanescentes quilombolas (...). Criamos um cursinho que, a priori, deu muita gente, e eu ainda 'tava' na sétima série, né... E assim, eu não ia pro cursinho todos os dias por conta que tinha que pagar o ônibus e tal, eu não podia pagar todos os dias. Mas, o cursinho me deu uma base que assim... Tinha muitas doações, né... Havia muitas doações de livros, de módulos, né?! [...]. Então assim eu estudei, eu estudava, eu tive como base bons livros para estudar, [...] livros doados, e [...] eu



sempre que tava correndo atrás de algum professor pra tirar dúvida. (Dandara, 10/10/2018).

Geralmente eu fico sem dormir. (...) Eu fico pensando “porque que eu vou dormir 8 horas e se eu posso diminuir isso...” e aí tentar sempre substituir por dormir no ônibus, sei lá, eu costume, assim, há as coisas da universidade que são minha prioridade, mas quando a grana aperta isso se inverte. Eu já faltei aulas pra poder tramar e... é... as minhas estratégias, esse semestre, por exemplo, foi pegar menos disciplinas, mas eu não gosto dessa ideia de pegar menos disciplinas. É um pouco difícil falar sobre isso porque eu não sinto que eu consigo de fato fomentar estratégias pra poder estar aqui fazendo as minhas coisas, conseguir sobreviver, por isso é meio complicado dizer [...]. Então eu acabo dando preferência, tipo assim, “isso aqui é mais importante pra mim agora”, “pô isso aqui não é”, e aí eu tento me organizar. (Antonieta, 27/11/2018).

O relato de Antonieta sobre seu sono nos faz pensar sobre a população negra como a mais vulnerável ao adoecimento. Partindo da compreensão da saúde como uma dimensão multifatorial, o fator racial é também constitutivo dessa dimensão, condicionando os níveis de saúde entre as populações (SILVA, 2005) e que, portanto, deve ser incluído na construção e operacionalização de políticas públicas. No caso da UFBA, não foi relatado pelas estudantes como as instâncias de apoio simbólico da PROAE lidam com esses fenômenos que afetam a saúde mental das jovens.

Durante as entrevistas, as estudantes revelaram sérias problemáticas relacionadas à execução das políticas de permanência e explicitamente atravessadas pelo racismo: burocracias, atendimento inadequado e quantidade financeira insuficiente, configurando-se como fatores estressores que interferem na dinâmica universitária e saúde mental destas mulheres.

Mas pra poder conseguir o auxílio foi difícil porque eu tive que tirar documentação, e é muita burocracia pra poder conseguir o auxílio e aí foi muita documentação [...] e aí você fica, acompanha no site por causa dos prazos, assim toda a PROAE não foi muito cordial, sabe? É muito numa lógica de ‘tô te fazendo um favor, adiante o lado’ ou ‘tô te fazendo um favor, você ainda quer mais o que?’, sabe? [...] Então, é muito nessa lógica, é um pouco chato isso assim, muitas vezes eu, eu evitei de ir na PROAE pra não passar por essas coisas lá. (Antonieta, 27/11/2018).



(...) quando eu cheguei aqui (...) fiz a matrícula e tal, procurei a PROAE eu... E o gestor da época me disse assim, já tava final do mandato dele, disse assim... [pausa]. Aí ele disse “poxa cara, mas aqui não é lugar de cuidar de negro. Quem cuida de negro é a CEAO, no 2 de julho”. Mas ele acabou fazendo um favor pra mim, porque daí eu fui, e quem tava lá foi [suprimido o nome da pessoa] (...). Mas aí, assim, eu fui com toda a coragem do mundo, cheguei lá: “[suprimido o nome da pessoa], olha... É... Eu só tenho a roupa do corpo, o dinheiro que eu tinha, já paguei o ônibus pra “mim” vir pro centro, e eu não tenho mais nada. Eu não tenho nem uma ajuda pro miojo...”. E aí [suprimido o nome da pessoa] falou: “Olha, a gente aqui também não tem... Mas você não foi na PROAE?”. Aí eu expliquei pra ela o que aconteceu e tal, e ela me mandou ficar lá no ICEIAS, ICEIAS eu acho, que é um lugar que fica em São Lázaro, era um convento assim, com o mesmo nome. Aí ficava os padres antes, é... Esqueci agora, me falhou a memória agora, mas até o final eu lembro [o nome do lugar]. “E você vai ficar lá até a gente consegue colocar você na PROAE”. Aí eu fiquei 1 mês... E 1 mês comendo farinha com sal... (Dandara, 10/10/2018).

As falas trazidas pelas jovens refletem como os direitos das populações negras, promulgados com base no princípio da equidade, ainda são encarados como “favores” ou “benefícios”. Essa perspectiva desconsidera a história racista do país que, por 388 anos, alijou essas populações da condição de humanidade, e conseqüentemente, de cidadãs. O imaginário coletivo brasileiro, por sua vez, ao ocultar a existência do racismo, não compreende os efeitos que esse passado tem na vida das populações negras, criando assim a ilusão de que “as oportunidades são iguais para todos/as” e, por isso, políticas específicas são vistas como benefícios, favores, ou ainda, privilégios. Nesse sentido, as/os profissionais da PROAE aparecem nas falas das jovens como incapazes de realizar um atendimento respeitoso e humanizado. Destacamos a fala de Antonieta na qual ela revela que, muitas vezes, evita ir a PROAE para não passar por tais humilhações, revelando efeitos do racismo institucional; o mesmo se passou com Dandara ao ouvir que “a PROAE não era lugar de cuidar de negro”, configurando mais uma forma de expulsão de pessoas negras das instituições. Questionamos aqui a compreensão da PROAE sobre sua responsabilidade enquanto instância específica que delibera sobre os direitos de estudantes mais vulneráveis, e a responsabilidade da universidade de capacitar suas/seus profissionais para atender essas populações respeitando a condição humana.



Contudo, as estudantes entrevistadas ressaltaram a importância das políticas de assistência estudantil para que pudessem prosseguir no curso e consideram que, em geral, a assistência garantida pela UFBA é ampla.

A PROAE pra mim, ela é PROMÃE, ela é essencial pra minha permanência dentro da UFBA. Eu, quando eu entrei na UFBA (...) trabalhava num call center, então imagina meu nível de estresse... [...]. E aí eu recebi a notícia de que eu tinha conseguido a bolsa. Isso pra mim foi um presente assim dos céus, porque eu imediatamente pude sair do trabalho, que era mais uma pena do que um trabalho mesmo assim... E melhorou 100% em relação à pressão de estar em Salvador, ter que me manter em Salvador [...]. Então é essencial assim a importância da bolsa permanência pra mim, é tudo. (Zeferina, 07/11/2018).

Os grupos políticos e atividades de extensão também apareceram como estratégias de enfrentamento e como forma de ampliar suas trajetórias acadêmicas. Estes coletivos dos quais algumas delas participam ou têm contato são espaços de aprendizado e união com pessoas de realidades semelhantes às delas. A identificação racial, de classe social e política nesses grupos é considerada como importante enquanto afirmação identitária e forma de resistência coletiva às dificuldades acadêmicas e problemas decorrentes do racismo, além do aspecto de formação que representam.

[...] eu criei um grupo lá em Direito chamado “Quilombo Jurídico”, eu e outros alunos negros nos reunimos assim [...] no fundo da faculdade como eu te falei, nessa pracinha que têm lá... E a gente tá se formando mesmo enquanto grupo mesmo de estudantes negros da faculdade de Direito pra se auto afirmar e ocupar aquele espaço... Eu faço parte do Observatório da Pacificação Social, que trabalha com mediação, apesar de eu ter várias críticas ao projeto de como deveria ser, e até críticas em relação a coordenação do próprio projeto, o projeto ele têm uma perspectiva de emancipação social muito boa, muito promissora, que nas mãos da pessoa certa, é algo que vai gerar um impacto social muito grande. (Zeferina, 07/11/2018).

Já participei de... é... Curso de extensão, já fiz parte do DCE... (...) agora a gente tem o coletivo de estudantes quilombolas, né, aqui na universidade, conhecido como CODEC. E agora o NEGREX [...]. Então é um grupo que eu participo também, e a gente percebe que é um grupo com pessoas com histórias... é... Cada uma com sua peculiaridade, né, mas que não deixa de ser iguais os comportamentos, os sentimentos, o que me deixa muito feliz, que já é uma história



diferente, que não é a história que eu tive, a história que eu passei de você ter uma experiência única assim, e achar que é só você que passou por aquilo, e que hoje você tem outras pessoas que passaram por aquilo também, que o caminho foi mais ou menos parecido, diferente, entendeu...? (Dandara, 10/10/2018).

Ao questionarmos Dandara sobre a importância desses espaços coletivos, ela nos diz que:

[São] de extrema importância, porque hoje (...), são corpos iguais no ambiente da universidade, que se complementam, que se reconhecem, e que buscam a proximidade de estar junto e que assim, você percebe que antes o ambiente que era a Faculdade de Medicina aqui em baixo que tinha maior público de pessoas brancas e com características iguais... Ela agora ganha uma característica de pessoas que até então não faziam parte dessa estrutura, né... Não era um ambiente (...) acostumado com esse público novo, com pessoas de cabelo Black, de meninas pretas... De um público de homossexuais, negros... Assumidos. Né? E que se reconhece um ao outro, e que quando a gente se encontra no corredor da faculdade, a gente se cumprimenta e tal... E que você já percebe que você já não está mais sozinho. Isso fortalece com certeza o estudante negro nesse ambiente. (Dandara, 10/10/2018).

Ressaltamos aqui a importância do pertencimento enquanto fator importante para o desenvolvimento do self e da autoestima de pessoas negras (GUIMARÃES; PODKAMENI, 2008), e a função psíquica do olhar, por indicar presença e porque ser olhado pelo outro implica ser visto e ser representado por esse outro (CRESPIN, 2005), dimensão imprescindível para a constituição do sujeito. Pensando em termos de saúde mental, tema presente em nossa última categoria, falaremos sobre repercussões geradas na vida das estudantes a partir de como são vistas e como, a partir desses olhares, se constituem as relações consigo mesmas e com pessoas negras.

Repercussões do Racismo e do Sexismo na Universidade

Os discursos das três estudantes sobre suas vivências universitárias explicitaram as repercussões do racismo, enquanto as do sexismo não aparecem de forma explícita nas falas. Entretanto, podem ser associadas ao conjunto de suas experiências relacionadas ao racismo, pois são mulheres negras e são vistas na completude de seu estereótipo.



Marcia Candido e João Feres (2019), em um estudo sobre representações e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro, apontam o estereótipo enquanto uma representação simplificada e reducionista de grupos humanos. A representação de mulheres negras como símbolo sexual, por exemplo, vela as diversas violências sofridas devido a hipersexualização de seus corpos, condição atravessada por gênero e raça. Os resultados do estudo demonstraram que a construção das representações de mulheres negras é, majoritariamente, em posições de subalternidade, apontando que as propostas de mudança no cenário de desigualdade do audiovisual deve considerar a interação entre raça e gênero. Consideramos essa proposta também pertinente quando se trata do âmbito acadêmico.

Jessica Bruno e Cláudio Nascimento (2018), em um estudo sobre decolonização do conhecimento universitário, discorrem sobre a construção epistemológica nas universidades no Brasil e como a ausência de debate de cunho racializado culminou na sustentação de um discurso que nega o racismo no país. Estudos anteriores (PASSOS, 2015; WELLER; SILVEIRA, 2008), que trazem vivências de estudantes negras nas universidades, expõem como o racismo e o sexismo interferem em suas dinâmicas de vida: professores/as que negam a existência do racismo no Brasil e que subestimam movimentos sociais; projetos pedagógicos que não abarcam de maneira crítica questões de raça, classe e gênero; o desafio socioeconômico de permanência no espaço universitário; e ainda, o racismo institucional e exclusão por parte dos colegas. As autoras apontam que a perversidade do racismo e do sexismo pode gerar medo, dúvidas, sentimentos de não pertencimento ao espaço universitário, inferioridade e solidão, demonstrando como as desigualdades persistem na universidade e como essas manifestações na vida das estudantes podem interferir em suas saúdes mentais.

Eu adoeci com (...) questão de muito estresse. Eu tive uma vasculite crônica, (...) fiquei 6 meses internada no [suprimido o nome do hospital], morei aí praticamente, sem poder contar a meus pais o que tava acontecendo... E quando eu saí do hospital, eu prometi a mim mesma que nunca mais eu ia ficar sem comer pra dar conta do curso, que não sei o que... E aí foi um renascimento pra mim. Mas eu acho que eu não precisaria ter passado por tudo isso, não poderia ter esse karma de uma vasculite, de uma doença autoimune, por uma questão extremamente de comportamento racial mesmo, de muita exclusão... De muito racismo assim... (Dandara, 10/10/2018).



A veiculação de estereótipos racistas pelos meios de comunicação em massa colabora para a manutenção do imaginário social de que o lugar da/o negra/o é inferior, além de fomentar uma autoimagem depreciativa nas negras e negros (GONZALES; HASENBALG, 1982; SILVA, 2005; MUNANGA, 2017). Esses processos são extremamente violentos, mesmo que por vezes aconteçam de forma velada. Isso ocorre na universidade quando grupos de estudantes se diferenciam a partir da cor da pele, quando é escassa a quantidade de professores/as universitários/as negros/as, e a partir de formas relatadas por Zeferina a seguir:

Eu comecei a fazer terapia também porque eu tive um problema chamado... (...) tricotilomania. Então eu tava num excesso de ansiedade que eu arrancava muitos fios do meu cabelo. Foram um dos motivos que me levou também a raspar meu cabelo, inclusive; porque meu cabelo tava com um buraco, literalmente no meio da cabeça. Isso foi no início do ano. Mas isso é uma coisa que eu já venho fazendo há muito tempo, mas... com a faculdade, piorou. Piorou assim de uma maneira extremamente excessiva. Isso quando o curso tava me pressionando mesmo nessa questão das notas, de score, de conseguir manter uma estabilidade no curso, e sobretudo, a minha frustração com o curso – era a pauta principal. Porque eu não conseguia estudar, eu começava a me sentir mal quando eu pegava no assunto pra ler e decorar aquilo, eu falava “eu vou ter que decorar isso, porque isso aqui é impossível de estudar”. (...). Então isso me adoeceu mesmo. (Zeferina, 07/11/2018).

Zeferina também observa impactos nas vivências explicitamente associados ao racismo:

Racial, nitidamente. Você chega na cantina e você vê um grupo de pretos e um grupo de brancos [...] a questão racial lá no curso de Direito é bem delineada porque quem tá na cozinha são pessoas negras, quem tá limpando, quem tá no banheiro são pessoas negras, são mulheres negras iguais a mim, então isso incomoda muito. Têm uma moça lá, né, [suprimido o nome da funcionária], ela é da área de limpeza, eu acho ela muito parecida comigo, até de corpo e tal, só que ela tem um Black e eu raspei o meu, e aí eu falava “nossa, mulher! Seu Black é muito lindo!”, e aí a gente acabou ficando amigas. Sempre ela tá lá limpando, e eu como estudante. Então somos duas iguais, do mesmo lugar, ocupando espaços diferentes dentro daquela faculdade. E isso incomoda as pessoas, principalmente quando veem que eu estou conversando com ela, dialogando com ela. E é nítido perceber isso, porque as pessoas começam a me ignorar também. Então, tinham até pessoas brancas que falavam comigo e num determinado momento,



passam a não falar mais, sabe... Meus amigos negros eles... Eu já vi muita gente chorando lá na faculdade... (Zeferina, 07/11/2018).

Dandara também aborda o racismo e o elitismo presentes no curso de Medicina:

Você tem noção do que é vir pra essa universidade (...), pra Faculdade de Medicina com sandalhinha de couro, com a roupa rasgada... Com fome? [...] você imagina quando você chega na sala de aula, como se (...) você não existisse, sabe? É como se você não existisse ali. Aí, você não se reconhece em ninguém na sala (...)... Não tem ninguém na turma que é próximo de ti. Não tem ninguém na turma que você pode falar assim “poxa, não comi hoje...”, algo do tipo, entendeu? É... E aí tinha uma colega que me perguntava assim “Dandara, mas todos os dias você só vem com essa roupa?” E eu falei “então, eu fiz uma promessa de que se eu passasse no vestibular, eu vinha com essa roupa todos os dias”. Mentira, era porque eu não tinha outra roupa. Eu só tinha aquela roupa. Eu só tinha aquela ali. E eu venci o 1º semestre, o 2º segundo semestre, o 3º semestre, o 4º semestre, o 5º semestre, o 6º semestre, o 7º e o 8º semestre (Dandara, 10/10/2018).

E que você tem que romper tudo isso pra se manter num curso que é o tempo todo tentando – professores, colegas de turma, pares – [dizer] que não é um espaço pra você (...) É porque não é um racismo assim escancarado, que eu poderia chegar aqui e dizer “a UFBA é uma merda”, “a faculdade de Medicina é uma faculdade racista”, assim, escancaradamente. Não, porque é tudo muito... sutil. (Dandara, 10/10/2018).

A questão da identidade racial vem tomando corpo na disputa política, e colocar a branquitude em evidência é algo que causa desconforto e não passa despercebido (BENTO, 2002). Para ilustrar esse fato, Antonieta, assim como Dandara, fala sobre a questão da fraude das cotas raciais por parte de pessoas brancas, demonstrando como a branquitude dispõe de estratégias para excluir a população negra dos espaços sociais e que é urgente que a UFBA lide com essa problemática.

Eu fico me perguntando o que é que acontece com a representação, com a gestão da UFBA que não traz esses acontecimentos à tona como a UESB fez, (...) qual o problema da Universidade de expor essas questões que nós sabemos que são fraudadoras (...)? [...] Vai a gente fraudar qualquer coisa, a gente sai no jornal amanhã. Mas essa galera branca de cabelo liso, não... de nariz um pouco mais afinado, de lábios um pouco mais fino, não são expostas. Não têm nome revelado, e tão formando. E tão essas pessoas (...) indo pro internato, gente. E a



faculdade não faz nada, e a gente da universidade não faz nada, ninguém faz nada e esse povo vai formar. (Dandara, 10/10/2018).

Entenda que todos os espaços que a gente abria pra poder falar sobre isso, a gente ouvia coisas como “nossa, vocês estão sendo muito agressivas”, “nossa, mas não é bem assim, né? Nem tudo é racismo”, “é, você tá sendo exagerada”, (...) “você tem que procurar uma outra forma de falar pra gente porque o seu jeito tá muito agressivo”, “sua militância tá demais já, ninguém tá aguentando.” (Antonieta, 27/11/2018).

Maria Aparecida Bento (2002) apresenta o conceito de pacto narcísico para falar de uma espécie de acordo que parece existir entre pessoas brancas em função da manutenção de seus privilégios e de não se reconhecerem enquanto “parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (BENTO, 2002, p. 26). Por mais que o/a branco/a apareça como progressista, no momento de se responsabilizar e fazer autocríticas sobre como ele/a próprio/a perpetua o racismo em seu cotidiano, ele/a se isenta, como aparece nas falas de Dandara e Antonieta. O racismo, inclusive, tem funções psíquicas como a manutenção da autoestima das populações brancas ao se colocarem como superiores sobre populações não brancas e por encontrarem um bode expiatório no outro para as suas próprias mazelas (KILOMBA, 2017). Nesse sentido, constatar que se é racista, assim como constatar que se é alvo de discriminação racial, acontece quando o sujeito pode sustentar esse sofrimento e implicar-se em mudanças (BENTO, 2002). As consequências do racismo não são problemas apenas dos/as negros/as; é, sobretudo, um problema relacional.

Nesse sentido, é imprescindível que populações brancas se responsabilizem e se comprometam politicamente com os sofrimentos que causam às populações negras. A partir do momento em que a questão racial entra em pauta, é possível pensarmos estratégias e políticas de reparação das desigualdades sociais com maior alcance e de maior reparação histórica.

Disso, as estudantes sabem bem.

Estar no curso tem sido muito desafiador, mas estar no curso para além de tudo tem sido um compromisso político. [...] Eu tenho em mente que é um compromisso com os que vieram antes de mim e com os que virão depois de mim. [...] Me dizem que meu lugar não é muito aqui, sabe? [Então] eu tenho um compromisso político aqui (Antonieta, 27/11/2018).



Considerações Finais

A partir da análise dos discursos de Dandara, Zeferina e Antonieta, constatamos processos de mudança que a UFBA, enquanto instituição social, vem passando. Ainda que imersa em uma cultura de práticas discriminatórias calcadas nas diferenças raciais, sociais e de gênero, há movimentos políticos contrários na universidade com potência de criar espaços para populações historicamente alijadas de direitos. No contexto universitário das jovens, esses espaços existem principalmente por meio das ações afirmativas, dos coletivos políticos e das redes sociais/afetivas construídas. Nesse cenário, é importante que as universidades continuem fomentando esses avanços, que estão sob forte ameaça no contexto político atual brasileiro. Essas políticas se configuram como ferramentas de democratização das oportunidades.

Esta pesquisa se faz pertinente nesse momento por evidenciar avanços referentes aos direitos consolidados e como as discentes se comprometem politicamente com mudanças sociais, além de demonstrar a importância de estudos futuros abordarem vivências em outros cursos e universidades a fim construir subsídios para políticas mais consistentes para as populações negras.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. *Psicologia social do racismo*, p. 147-162, 2002.

BRASIL; BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI. *Diário Oficial da União*, 2007.

BRUNO, Jessica Santana; DO NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa. (Inter) AÇÕES AFIRMATIVAS: Formação de professores para a decolonização do conhecimento. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 2, p. 41-56, 2018.

CARDOSO, Claudia Pons. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadoras/as Negras/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, n. 25, p. 317-328, jun. 2018. ISSN 2177-2770.



CANDIDO, Marcia Rangel; FERES JUNIOR, João. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, v. 27, n. 2, e54549, 2019.

CRESPIN, Graciela. Os sinais de sofrimento precoce. *A clínica precoce: o nascimento do humano.* São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 47-76, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, p. 164-176, 2005.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro.* Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, p. 193-210, 2015.

FONTOURA, Natália, et al. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça–1995 a 2015. Brasília: Ipea (2017).

GUIMARÃES, Marco Antonio Chagas; PODKAMENI, Angela Baraf. A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: projeto mãe-criadeira. *Saúde e sociedade*, v. 17, p. 117-130, 2008.

GRIJÓ GUAHYBA DE ALMEIDA, Maria Elisa; SEIXAS MAGALHÃES, Andrea. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 12, n. 2, 2011.

KILOMBA, Grada. A máscara. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 11, p. 26-31, 2017.

MOEHLECKE, Sabrina. *Propostas de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior.* 2000. Mestrado. Universidade de São Paulo.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.* São Paulo: Perspectiva, p. 33-44, 2017.



PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, v. 31, n. 2, p. 155-182, 2015.

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Conheça a PROAE. [online] Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/conheca-proae>. Acesso em: 13 dez. 2018.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal. *Revista USP*, n. 68, p. 58-75, 2006.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: *Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004*. 2005. p. 129-132.

SOUSA, Letícia Pereira; PORTES, Écio Antônio. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 92, n. 232, 2011.

VÁZQUEZ, Felix. *El análisis de contenido temático: Objetivos y medios en la investigación psicosocial (Documento de trabajo)* (p. 47-77). Barcelona, España: Universitat Autònoma de Barcelona, 1996.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília. *Estudos Feministas*, p. 931-947, 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2015.



Primera de la Familia: experiencia de mujeres negras de la Universidad Federal de Bahía

RESUMEN: Este artículo discute las trayectorias académicas de tres mujeres negras y titulares de cuotas de los cursos de Medicina, Derecho y Psicología en la Universidad Federal de Bahía. En la entrada y permanencia de las mujeres negras en la universidad aparecen dificultades relacionadas con el proceso histórico de negar a ciertas poblaciones el acceso a espacios de producción de conocimiento. El estudio destaca elementos que fomentaron la permanencia universitaria, destacando las acciones afirmativas. La metodología es un caso de estudio. Como resultado, se destaca: cómo las experiencias raciales influyeron en el deseo de ingresar a la educación superior; efectos de políticas públicas, redes sociales/afectivas y actividades universitarias en estas trayectorias; y las repercusiones del racismo en la salud mental de estas mujeres. La inclusión de la perspectiva racial en los estudios genera subsidios para políticas más amplias para corregir las desigualdades raciales y sociales.

PALABRAS CLAVE: Relaciones raciales. Trayectorias Universitarias. Políticas de permanencia. Salud Mental.

Anne BITTENCOURT

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia.

Ananda GENONÁDIO

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia.

Bruno ALMEIDA

Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia.

Caroline ANICE

Psicóloga pela Universidade Federal da Bahia.

Recebido em: 09/04/2018

Aprovado em: 17/12/2019